



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Conforme Portaria nº 342/2014 – GP

ATA DE REUNIÃO Nº 03/2015 – CMDU

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Guarulhos, reuniram-se no auditório do Zoológico Municipal, Guarulhos – SP, a saber:*****

Os membros: Paulo Carvalho (Presidente do CMDU), Flávio Geradine Naressi (Titular das Entidades de Classe) , Gilmar Antônio dos Santos (Suplente do Movimento Popular), Guilherme de Bagatini de Alcântara (Titular da SM), Ivalto José de Araújo (Suplente do Movimento Popular), José Domingos Leite (Titular da Associação de Moradores), Juliana Donadon G. Meneses (Suplente da STT), Julio Soto Saaveda (Titular da Entidade Ambiental), Katia Araújo de Medeiros (Suplente da SG), Plínio Soares dos Santos (Suplente da SDU), Roberto dos Santos Moreno (Suplente da Entidades Profissionais), Simone Vieira de Almeida (Titular da SDE), Wilson José Lourenço Junior (Suplente da Entidade Empresarial) se reuniram para a terceira reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, conforme pauta de discussões, sendo: 1. Informes; 2. Apresentação da Agenda de Revisão do Plano Diretor; 3. Apresentação de Estudo urbanístico do bairro Picanço: Bases para construção do Sistema de Gestão do Planejamento. *****

A presente reunião ordinária iniciou-se às nove horas e vinte minutos, com a presença dos membros supracitados e dos convidados: Aparecida Fatima P. Sanchez, Gláucia Varandas, Kátia Ayumi Tani, Luciana de Oliveira Santos, Suely Akemi F. Siro, Reginaldo Soares, Marco A. Teixeira da Silva, Mariana Cipollini P. Lopes e Terezinha Creme. Os membros do SAAE e da Secretaria de Habitação justificaram antecipadamente suas ausências. Registrou-se a ausência injustificada dos membros Secretaria de Obras, Universidades e Movimento Popular II.*****

O Conselheiro Plínio iniciou a reunião apresentando os itens da pauta e submeteu a ata da 2ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. O Presidente Paulo Carvalho falou que a Revisão do Plano Diretor será finalizada até o final de maio e caso fique apertada, a agenda poderá ser revista. Ressaltou que o Governo pretende aproveitar as reuniões do orçamento participativo, que ocorrerão a partir do segundo semestre, para fomentar a discussão sobre a revisão da lei de zoneamento. Falou também, que justamente por isso o Governo pretende acelerar a revisão do plano diretor para que os calendários não se sobreponham. O Conselheiro Júlio ressaltou que o tempo para rever o plano diretor é muito curto, defendeu a realização de reuniões paralelas do conselho, visto que estão em pauta as discussões sobre a revisão do plano diretor, o conselho da cidade e o PREDI. Por fim, parabenizou a retomada das discussões sobre a revisão do plano diretor. O Presidente Paulo falou que as discussões sobre o PREDI dependem da análise de alguns dados que os técnicos da SDU estão elaborando. O Conselheiro Roberto Moreno destacou que o IAB tem identificado que o cálculo posterior do ISS tem dificultado as regularizações, pois o município não sabe quanto realmente terá que recolher aos cofres a título de ISS. O Presidente Paulo falou que essa questão já foi identificada e a SDU sugere aos interessados realizar o cálculo antecipadamente na Secretaria de Finanças. O Conselheiro Roberto Moreno falou que o trabalho que já foi feito sobre a revisão do plano diretor deve ser utilizado e comemorou a vontade do governo na conclusão da revisão. Defendeu, também, que a discussão sobre o conselho da cidade deve ser incorporada no processo de revisão do plano diretor, para que seja possível incluir o conselho da cidade na lei do plano diretor. Sugeriu, por fim, a realização de um concurso público para eleição de projetos urbanísticos que possam subsidiar a revisão da lei de zoneamento. O Presidente Paulo falou que classifica como positiva essa ideia, destacando, porém, a necessidade de que o trabalho seja feito por técnicos da cidade. O Conselheiro Gilmar comemorou a retomada da revisão do plano e falou sobre o curto prazo que é proposto, pois esse prazo apertado pode prejudicar a elaboração do plano ideal para a cidade. Ressaltou, também, que um plano diretor participativo subentende a participação da sociedade civil inclusive na elaboração do calendário e pactuação dos prazos. O Presidente Paulo falou que se houver a necessidade esse prazo será revisto. O Conselheiro Wilson defendeu que a SDU tenha uma estrutura voltada exclusivamente para o planejamento da cidade, além de se posicionar contrário a experiência de utilizar a estrutura do Orçamento Participativo para discutir a revisão do plano diretor e da lei de zoneamento. O Conselheiro Ivalto ressaltou que o zoneamento deve ser afinado com o Plano Diretor e perguntou se existe uma equipe da SDU para fiscalizar as obras do corredor de ônibus. O Presidente Paulo Carvalho falou que isso é de competência da Secretaria de Transportes e



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Conforme Portaria nº 342/2014 – GP

Trânsito. Em seguida, o Presidente Paulo e a convidada Kátia Ayumi Tani mostraram um mapa contendo o levantamento dos processos administrativos que tratam da lei de anistia. O Conselheiro Wilson sugeriu o envio das imagens apresentadas, para que sejam replicadas aos seus pares. O Conselheiro Júlio falou sobre a necessidade do trabalho em conjunto com a Secretaria de Comunicação, com o objetivo de disseminar essa lei. O Presidente Paulo falou que quando foi aprovada a anistia existia uma série de ações publicitárias previstas, entretanto, o contrato com a empresa de publicidade foi suspenso pelo Poder Judiciário, sendo que as ações estão sendo custeadas por verbas da Secretaria e até com parceiros. O Presidente Paulo ressaltou, também, que esse problema seria evitado se o FMDU já estivesse em funcionamento, destacando que a lei de anistia já rendeu cerca de 3 milhões de reais ao FMDU. O Conselheiro Roberto Moreno destacou que as fiscalizações do CREA, CAU e Prefeitura são insuficientes para o tamanho da cidade. Ressaltou, também, que o levantamento que fora exibido é muito importante. O Presidente Paulo destacou que o modelo de fiscalização deve ser discutido, pois não acredita que ele seja o mais eficiente. Falou, também, que a Secretaria é muito grande e a quantidade de técnicos e fiscais é pequena. O Conselheiro Flávio ressaltou que em 2014, o CREA fez uma fiscalização intensa, na qual os técnicos percorreram diferentes regiões da cidade, e o resultado em 3 dias de fiscalização foi a identificação de 200 construções com diversas irregularidades. O conselheiro Gilmar falou que a discussão da lei de anistia deve levar em conta o público alvo e o universo a ser atingido, para que posteriormente possamos identificar mais precisamente os resultados obtidos. O Presidente Paulo falou que a divulgação, por exemplo, foi intensificada nas regiões onde foram identificados pequena adesão. O Conselheiro Flávio perguntou se a anistia não está sendo utilizada somente pelas parcelas com maior poder aquisitivo da cidade. O Conselheiro Plínio falou que não é possível identificar esses dados agora, entretanto, ressaltou que o mais justo é que as parcelas mais abastadas da sociedade contribuam com verbas para o FMDU. O Presidente Paulo abordou os ensinamentos decorrentes da lei de anistia. O Conselheiro Flávio abordou alguns aspectos sobre a engenharia pública. O Conselheiro Wilson parabenizou a ação da SDU pela retirada de ambulantes no centro da cidade. O Conselheiro Paulo falou sobre a ação realizada, destacando que ela contou com o apoio da Polícia Militar, Guarda Civil Municipal, ressaltou, também, que o Centro da Cidade será alvo de outra ação de fiscalização, que terá como objetivo remover as caixas de som. O Conselheiro Plínio falou sobre o sinistro que ocorreu nas obras do rodão, apresentando o relatório do acidente. O Conselheiro Julio perguntou sobre a responsabilidade técnica da empresa e se técnicos da Prefeitura tem acompanhado presencialmente essas ações. O Conselheiro Plínio falou que a Prefeitura soube desse problema dias após o ocorrido pela imprensa. Destacou que isso levou o Prefeito a constituir uma equipe de diversas secretarias, com vereadores, deputados, para tratar dessa questão. Esse grupo fechou um acordo com a DERSA para que a prefeitura tenha acesso ao laudo desse acidente, além de participar do processo de tomada de decisão. O Conselheiro Flávio perguntou qual o poder da Prefeitura nisso. O Conselheiro Plínio falou que a Prefeitura pode embargar a obra. O Conselheiro Flávio falou sobre a existência de um processo interno no CREA para apurar os acontecimentos desse acidente. O Conselheiro Plínio falou que em geral as obras do trecho norte estão paralisadas, parte por falta de verba do Estado e pelas empresas vencedoras das licitações, que alegam a necessidade de revisão dos contratos para que sejam aportados mais valores. O Conselheiro Gilmar falou que a paralisação é negativa, pois podem acarretar maiores custos e problemas com as desapropriações. O Conselheiro Plínio, em seguida, falou sobre as discussões sobre a criação do conselho da cidade. Apresentou um levantamento realizado dos conselhos existentes em municípios de porte parecido com o de Guarulhos. Ressaltou que esse assunto pode ser tratado na revisão do plano diretor, como ocorreu na cidade de São Paulo. Destacou, também, que o CMDU possui regulamentação na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e o ideal seria sua previsão no plano diretor. O Conselheiro Júlio falou sobre a exigência imposta pelo Governo Federal aos municípios para que garantam a participação popular nos projetos urbanísticos e de trânsito, como condição para o repasse de verbas. Pelo adiantado da hora, o Conselheiro Plínio sugeriu deixar o item 3 da pauta para a próxima reunião. O Plenário concordou com a sugestão. Em seguida, o Conselheiro Plínio iniciou a apresentação sobre a agenda de revisão do plano diretor. O Conselheiro Gilmar destacou que uma Revisão Participativa, pressupõe inclusive a discussão sobre as perguntas que serão feitas nas audiências. O Conselheiro Plínio falou que a Prefeitura está aberta a sugestão, mas temos que ter cuidado por causa dos tempos necessários. O Conselheiro Gilmar destacou que a sociedade civil criou a frente em prol da revisão do plano diretor, assinado por vários segmentos e que eles não chegaram a uma conclusão sobre a necessidade de um novo plano ao invés de uma revisão, tendo em vista que a revisão pode trazer consigo os vícios existentes no plano diretor



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Conforme Portaria nº 342/2014 – GP

vigente. O Conselheiro Júlio falou que o Poder Público está colocando uma batata quente em nossas mãos, pois se não tomarmos cuidado essa lei será feita 95% pelos técnicos da SDU, ressaltando que isto contraria a recomendação constante no Estatuto da Cidade. Falou, também, que o diagnóstico existente foi feito há 3 anos e perguntou se esse diagnóstico ainda é válido. Propôs, ainda, a revisão do diagnóstico, pois, segundo ele, não considerou o rododanel, o aeroporto. Falou, por fim, que os segmentos devem criar uma Comissão de Acompanhamento Externo para evitar que a minuta de lei utilizada seja aquela já pronta e guardada em algum lugar. O Conselheiro Ivalto falou que a discussão deve ser ampla e feita sem interesses particulares. Defendeu a participação da sociedade civil “desarmada” e com o envolvimento da Câmara Municipal. O Conselheiro Gilmar destacou que os atores políticos têm mandatos com validade até 2016 e o Plano Diretor é um instrumento permanente. Em seguida, declarou concordar com o Conselheiro Júlio, ressaltando que a revisão do plano diretor da Cidade de São Paulo evoluiu, pois ouviu a sociedade. O Conselheiro Plínio falou que esse processo é construído em conjunto com a sociedade civil. Falou que a revisão do plano diretor de São Paulo teve a grande participação popular muito por causa do engajamento das lideranças populares. Ressaltou, por fim, que é importante pensarmos em soluções com a agenda que temos e não somente apontar os problemas. O Conselheiro Roberto propôs, quanto ao ciclo de palestras, realizar uma discussão específica sobre o saneamento ambiental, para discutir a questão das cidades sustentáveis. Defendeu, a formalização da Comissão de Acompanhamento compondendo técnicos da prefeitura e da sociedade civil. O Conselheiro Plínio falou que será necessário a realização de uma reunião extraordinária do Conselho, provavelmente no dia 16 de abril. O Conselheiro Wilson perguntou qual seria o número ideal de técnicos para ficar 100% dedicado ao planejamento da cidade. O Conselheiro Plínio falou que essa discussão da estrutura tem sido pautada constantemente. O Conselheiro Plínio, em seguida, agradeceu a presença de todos. Não havendo mais assuntos a serem tratados a reunião foi encerrada às doze horas e onze minutos, e eu, Rubens de Almeida Rodrigues, _____ Secretário do CMDU, digitei a presente ata. *****

De acordo (Conselheiros presentes):

Paulo Carvalho (Presidente do CMDU) _____

Flávio Geradine Naressi (Titular das Entidades de Classe) _____

Gilmar Antônio dos Santos (Suplente do Movimento Popular) _____

Guilherme de Bagatini de Alcântara (Titular da SM) _____

Ivalto José de Araújo (Suplente do Movimento Popular) _____

José Domingos Leite (Titular da Associação de Moradores) _____

Juliana Donadon G. Meneses (Suplente da STT) _____

Julio Soto Saaveda (Titular da Entidade Ambiental) _____

Katia Araújo de Medeiros (Suplente da SG) _____

Plínio Soares dos Santos (Suplente da SDU) _____

Roberto dos Santos Moreno (Suplente da Entidades Profissionais) _____

Simone Vieira de Almeida (Titular da SDE) _____

Wilson José Lourenço Junior (Suplente da Entidade Empresarial) _____

Ciente (Conselheiros ausentes):

Carla Angelini Lazur (Titular da STT) _____

Carlos de Jesus Campos (Suplente da SO) _____

Cleia Pereira Araújo (Titular do Movimento Popular) _____

Cristiane Costrov da Silva Miras (Titular do SAAE) _____



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
Conforme Portaria nº 342/2014 – GP

Dario Crispim Lopes (Titular do Movimento Popular) _____

Eduardo Henrique Martins (Titular da Entidade Empresarial) _____

Esther Angra Magalhães (Suplente da SDE) _____

Ivone C. Felix Pires (Suplente das Entidades Ambientais) _____

José Carlos Dalan (Titular da SH) _____

Jovair José Marcos Merlo (Suplente da Associação de Moradores) _____

Marília Dorador Guimarães (Suplente da Universidade) _____

Mauricio Mendes da Silva (Titular do Movimento Popular) _____

Mônica Martins Lares Melo (Suplente da SM) _____

Paulo Silva Oliveira (Suplente do Movimento Popular) _____

Rafael Aparecido Carlos Acosta (Suplente da SH) _____

Rita de Cassia Correia de Araujo (Titular da SG) _____

Sinésio Mariano da Silva Neto (Suplente da SO) _____

Thiago Garcia da Silva Santim (Suplente do SAAE) _____

Wendie Piccinini Requena (Titular da Universidades) _____